

VIOLÊNCIA TERRITORIALIZADA: A COBERTURA JORNALÍSTICA DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO

Maíra Mendonça
Mestranda do curso de Pós-graduação em
Comunicação e Territorialidades
Universidade Federal do Espírito Santos - UFES
E-mail: mairamcabral@gmail.com

Orientador(es): Prof. Rafael Paes Henriques
Universidade Federal do Espírito Santos - UFES
E-mail: rafaelpaesh@gmail.com

RESUMO

Este artigo visa a analisar a cobertura do portal de notícias *A Gazeta* em relação aos programas de Segurança Pública desenvolvidos pelo governo do Espírito Santo nos últimos dez anos: *Estado Presente em Defesa Pela Vida e Ocupação Social*, que nascem com o propósito de atuar em diferentes frentes sociais em bairros considerados altamente violentos do estado. Entendendo o jornalismo como um território discursivo, utilizamos a Análise Crítica do Discurso (ACD) para o embasamento teórico da pesquisa e também como ferramenta metodológica para desvendar os sentidos produzidos no texto jornalístico. Observou-se que o governo estadual, seja por meio de dados oficiais ou das falas de seus representantes, é a principal ou única fonte de informações sobre os programas, não havendo espaço para pluralidade de vozes, ou para a inclusão das comunidades abrangidas por tais políticas. Os apontamentos que surgiram nesta investigação inicial poderão ser aprofundados ao longo da pesquisa de mestrado, desenvolvida no âmbito do curso de pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Ufes.

Palavras-chave: Jornalismo. Cobertura de segurança pública. Território Discursivo. Análise Crítica do Discurso (ACD).

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa em fase inicial, que tem como objetivo analisar a cobertura do jornal *A Gazeta* e de seu portal de notícias em relação aos programas de segurança pública *Estado Presente em Defesa Pela Vida e Ocupação Social*. Tais políticas passaram a ser desenvolvidas a partir de 2011 por duas diferentes e consecutivas administrações do governo do Espírito Santo, ambas com a proposta de reduzir a criminalidade e o número de homicídios

a partir não só de ações de repressão da violência, como também intervenções no âmbito social em bairros considerados violentos no Estado.

Parte-se da constatação da inter-relação entre mídia e poder, uma vez que os meios de comunicação de massa se legitimam como espaços para obtenção de informações na sociedade moderna, influenciando na formação do senso comum (BOURDIEU, 2000).

Martín-Barbero (2009) afirma que comunicação e cultura são campos de batalha política por sua capacidade de inserir o tema em uma dimensão simbólica a partir da qual seu vínculo com os cidadãos pode ser firmado. Diante disso, considera-se necessário um esforço no sentido de compreender cientificamente como temas de grande interesse coletivo - como é o caso do enfrentamento à violência, tratada por Ferreira e Penna (2005, p. 156) como “um dos problemas que mais aflige os cidadãos e absorve as atenções dos políticos e administradores das cidades” - são apresentados pela imprensa.

Neste artigo, será proposta uma revisão bibliográfica sobre o tema, sua interrelação com os conceitos de território e territorialidade, além da análise de cinco matérias veiculadas pelo portal *A Gazeta* acerca dos programas *Estado Presente* e *Ocupação Social* por meio da Análise Crítica do Discurso.

JORNALISMO E TERRITÓRIOS DISCURSIVOS

Ao observar-se a proposta de tais programas de segurança de se inserir em regiões com o objetivo de promover mudanças capazes de reduzir a violência nota-se sua relação com o processo de (re)construção de territorialidades, definido por Raffestin (1993, p. 160) como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo”.

Reis e Zanetti (2017) entendem o processo de territorialização como a apropriação do espaço por diferentes atores articulados entre si em um coletivo. Embora existam diferentes visões acerca da territorialidade, há um consenso no que diz respeito à sua construção a partir de determinações de origem política, cultural e econômica. Acrescentam, nesse sentido, a importância das relações de poder dentro dos territórios para a configuração dos mesmos. Nas palavras de Reis (2017, p.24), enquanto territórios são considerados “acontecimentos que

resistem por um tempo, aderindo a substratos espaciais que podem ser tangíveis ou não”, as territorialidades “se referem aos processos, ordens e valores que os sustentam”.

Se a comunicação social é capaz de pautar e de organizar a vida em sociedade a partir do peso simbólico das narrativas que coloca em circulação, logo, pode-se concluir que os processos de constituição de territorialidades estão diretamente ligados aos meios de comunicação.

Ao estudar o jornalismo sob o prisma da Análise Crítica do Discurso (ACD), busca-se compreender os processos de produção de sentidos através da mídia. De acordo com Revel (2005, p.37), Foucault compreende o discurso como uma forma de “organização do real” por disponibilizar mecanismos de produção de “saberes, de estratégias e de práticas”. Trata-se da linguagem inserida dentro de um contexto político, social e econômico, exercendo uma função normativa e reguladora e contribuindo para a criação das verdades de uma determinada época.

Na perspectiva de Charaudeau (2015), a informação e a comunicação são as responsáveis por ditar a ordem do discurso nas sociedades ocidentais contemporâneas. Para o autor, a mídia usa seu poder de comunicar para reproduzir, reinventar ou criar discursos, que influenciam as trocas sociais entre os indivíduos, bem como seus valores e suas representações.

A Análise Crítica do Discurso que nos propomos a fazer tem como base o conceito de discurso de Norman Fairclough (2001), que indica que ela seja voltada para as transformações sociais, a partir da concepção do discurso em três dimensões: o texto, a prática discursiva e a prática social. Para avaliar o conteúdo informativo do portal *A Gazeta*, selecionamos algumas categorias de análise propostas pelo autor.

A primeira é a análise do texto, que engloba estrutura textual, coesão, gramática e vocabulário. A segunda é a prática discursiva, dentro da qual Fairclough (2001) trabalha com os conceitos de interdiscursividade (que visa analisar quais discursos estão presentes no texto e a que gêneros pertencem) e de intertextualidade manifesta (que visa a entender como acontece a representação discursiva, seja de forma direta, indireta e em que contexto).

A escolha do corpus da pesquisa foi feita a partir da ferramenta de pesquisa Google. Foram pesquisados os termos "programa estado presente a gazeta" e "programa ocupação social a gazeta". Como nos primeiros resultados apareceram poucos conteúdos relativos ao Ocupação

Social, também procuramos pelo tema relacionando-o ao termo “governador Paulo Hartung”.

RESULTADOS

Prática discursiva

A formação discursiva predominante nas notícias analisadas é a de que os programas *Estado Presente* e *Ocupação Social* têm o intuito de resolver o problema da violência. E m relação à intertextualidade manifesta, observa-se que há uma modificação em relação às vozes que aparecem nos textos dependendo da editoria na qual as notícias foram veiculadas.

Quando a notícia está inserida em espaços destinados à cobertura do cotidiano, a voz do governo estadual como fonte principal, que é representado de forma indireta e também direta (por meio do uso de aspas) pelos próprios governadores acontece de forma mais expressiva. Há uma alternância constante entre as vozes do narrador e a dos governantes. Por outro lado, há pouco ou quase nenhum espaço destinado a outras vozes que também estão inseridas no contexto da segurança pública, como é o caso das comunidades abarcadas por tais políticas.

Na notícia *Casagrande lança programa 'Estado Presente em Defesa pela Vida' para diminuir a criminalidade no Espírito Santo*¹, publicada em maio de 2011 na editoria Minuto a Minuto, o narrador recorre à voz do governador Renato Casagrande para explicar os objetivos e o modo de implantação do programa, que na época estava se iniciando. O texto informa que a região de Terra Vermelha, em Vila Velha, é uma das áreas onde a política será implantada devido aos seus índices de vulnerabilidade social. No entanto, nenhuma liderança da região é ouvida para que se entenda, por exemplo, quais as expectativas dos moradores em relação ao programa.

Na notícia “*ES está em situação diferenciada*”, *diz Hartung sobre segurança*², publicada em fevereiro de 2018 na editoria Grande Vitória, o narrador diz, já no lide, que “*ao ser questionado sobre a intranquilidade de moradores de regiões como Central Carapina, na Serra, e Grande*

¹Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/ conteudo/2011/05/a_gazeta/minuto_a_minuto/863915-casagrande-lanca-programa-estado-presente-em-defesa-pela-vida-para-diminuir-a-criminalidade-no-espírito-santo.html>. Acesso em 2 de agosto de 2020.

² Disponível em < <https://www.agazeta.com.br/es/gv/-es-esta-em-situacao-diferenciada--diz-hartung-sobre-seguranca-0218>>. Acesso em 2 de agosto de 2020.

Terra Vermelha, em Vila Velha, Hartung destacou o trabalho da polícia, as ações do programa Ocupação Social e a gestão de sua equipe". A oração evidencia o descontentamento de moradores de bairros periféricos em relação ao poder público diante da violência. Contudo, nenhum morador ou líder comunitário foi ouvido e não há a presença de *links*, que poderiam ser usados para fortalecer a interdiscursividade, inserindo notícias sobre a violência nesses bairros, que servissem como base para que o leitor se aprofundasse em tal contexto. Do mesmo modo, não se observa nos textos a voz de outras fontes que poderiam ampliar uma discussão qualificada sobre a segurança pública, como é o caso de especialistas no tema.

Quando o conteúdo informativo é veiculado em colunas de opinião, a voz predominante passa a ser a do próprio colunista (narrador). É o que acontece nos textos *O perigo mora longe do Estado Presente*³ e *Programa Estado Presente em cinco anos: É hora de atualizar*⁴, publicados na coluna de Leonel Ximenes no início de 2019, em um momento de retomada do Estado Presente, no início da segunda gestão de Casagrande, que se reelegeu em 2018.

Em ambos os textos, o narrador questiona a eficácia da abrangência do Estado Presente, tendo em vista que a maioria dos crimes estariam ocorrendo fora das áreas contempladas pelo programa. Para construir o sentido de contrariedade entre a proposta do programa e a realidade da segurança pública, o narrador utiliza-se de dados oficiais sobre a distribuição geográfica dos registros de violência, que são sistematizados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp). O tom crítico é reforçado por palavras e expressões como "*é hora de atualizar*", presente já título do segundo texto, assim como o uso de intertítulos como "*Pedido de Socorro*" e "*Velho Problema*", usados para evidenciar a existência de problemas relativos à violência. Apesar disso, nenhuma fonte, seja um especialista em segurança, ou o próprio governo estadual, cuja atuação está no centro das críticas, é ouvida.

Proteção social e repressão policial

Nas notícias, os representantes do governo apontam os programas *Estado Presente* e *Ocupação Social* como forma de demonstrar que o poder público está tomando providências em relação

³Disponível em < <https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/o-perigo-mora-longe-do-estado-presente-0319>>. Acesso em 2 de agosto de 2020.

⁴ Disponível em < <https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/programa-estado-presente-em-cinco-anos-e-hora-de-atualizar-0419>>. Acesso em 2 de agosto de 2020.

à segurança. Mas nem sempre os eixos de proteção social e o de repressão policial recebem o mesmo espaço, embora ambos sejam componentes estruturais dos programas.

Nas notícias veiculadas em editoriais direcionadas à cobertura do cotidiano, nota-se um equilíbrio maior no espaço em que tais eixos recebem. Na notícia, o “ *ES está em situação diferenciada*”, diz *Hartung sobre segurança*, uma fala do próprio governador é destacada para evidenciar a importância do eixo de proteção social.

O Espírito Santo está numa posição diferenciada. Podemos melhorar muito mais? Podemos. Queremos e estamos ralando para isso. O problema que existe de drogas, armas, roubo de cargas, não é repressão, com polícia e cadeia. E quando a gente leva o Ocupação Social para as regiões de vulnerabilidade, queremos levar oportunidades para os jovens, principalmente àqueles que não estudam, nem trabalham, para que tenham outro caminho que não seja o do mundo do crime.

Na notícia *Ocupação Social: 190 vagas para quem quer aprender uma profissão*⁵, publicada em julho de 2018 na editoria de Concursos e Empregos, o eixo de proteção social é o único evidenciado. Neste caso, o conteúdo da notícia é voltado para a prestação de um serviço. A palavra *homicídio*, que remete à violência, é citada apenas uma vez, no final do texto.

Já nos textos veiculados na coluna de opinião, os dados utilizados sobre violência, especialmente os relativos a homicídios, remetem mais à repressão policial. Em *Programa Estado Presente em cinco anos: É hora de atualizar*, uma das notas, inclusive, reforça essa ligação ao inserir a voz de um policial civil não identificado para evidenciar o potencial bélico de criminosos: *Comentário de um policial civil sobre a XG9, arma automática importada com mira a laser apreendida pela PM em Linhares recentemente: “Veja o poder de fogo dos traficantes de Linhares. A polícia nem sonha em ter armamento bom assim”*.

A escolha das palavras

Nota-se que a busca pelo distanciamento do narrador em relação aos fatos é uma constante e parece nortear as escolhas de palavras do narrador.

Os indicadores serão acompanhados mensalmente. Caberá às secretarias de Segurança Pública e Defesa Social (por meio de atuações das polícias Militar e Civil) e a de Justiça, a repressão qualificada, inibindo crimes como homicídios e tráfico de drogas. Ao mesmo tempo, para reduzir a vulnerabilidade social, entram em

⁵ Disponível em < <https://www.agazeta.com.br/concursos/ocupacao-social-190-vagas-para-quem-quer-aprender-uma-profissao-0718>>. Acesso em 2 de Agosto de 2020.

cena as secretarias de Assistência Social, Trabalho e Direito Humanos; Esportes e Lazer, entre outras.

No exemplo, retirado da notícia, *Casagrande lança programa 'Estado Presente em Defesa pela Vida' para diminuir a criminalidade no Espírito Santo*, há uma utilização predominante de verbos em sua forma infinitiva e no futuro do presente, no modo indicativo, conjugação que é utilizada para informar que as ações que serão implementadas dali em diante.

Por outro lado, nos textos publicados em colunas, o caráter opinativo do texto emerge a partir das escolhas do vocabulário. Quando o narrador diz “é hora de atualizar” no texto *Programa Estado Presente em cinco anos: É hora de atualizar* ele já expressa sua opinião em relação ao tema, destacando que algo precisa ser mudado no que diz respeito à essa política pública.

No primeiro parágrafo do mesmo texto, o autor é direto ao dizer que os 140 bairros abrangidos pelo programa “não representam um terço” dos crimes graves registrados nos últimos cinco anos no estado. O uso da palavra “não”, reforçada pela expressão “um terço”, marcam expressamente o sentido de conflito que o autor busca evidenciar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso jornalístico é carregado de objetos simbólicos responsáveis pela produção de sentidos na sociedade, moldando a construção de memórias. Tendo isso em vista, não só os programas de segurança pública buscam atuar na construção de territorialidades a partir de sua ação em áreas consideradas vulneráveis socialmente, como o conteúdo veiculado pelos meios de comunicação tem potencial para interferir nesse processo. O discurso jornalístico, moldado por processos produtivos, pela linha editorial e pelos valores e construções sociais daqueles que o produzem, constitui-se como território de disputas ideológicas.

Ao analisar-se os textos extraídos do portal *A Gazeta*, observou-se a presença de poucas vozes nos textos, que majoritariamente são norteados pelo próprio governo estadual e pelo narrador.

Segundo o conceito de interdiscursividade de Fairclough (2001), um discurso é sempre heterogêneo, marcado pela presença de diferentes discursos, que se intercalam. Diante disso, a

pluralidade da construção discursiva na amostra analisada poderia ser potencializada com a utilização de outras fontes, como os representantes das comunidades para os quais os programas de segurança são voltados. Especialmente nos textos publicados em editoriais de cobertura do cotidiano, não há informações relativas aos resultados da aplicação dos programas, algo que poderia ser conseguido a partir da abertura de espaço para mais fontes e ainda de questionamentos diretos ao próprio governo.

Do mesmo modo, é possível notar como um mesmo assunto é tratado de formas diferentes a depender do espaço em que é veiculado no jornal (se é um espaço que abre mais brechas para opinião ou se exige um certo esforço de impessoalidade por parte do jornalista ou, ainda, se destina-se a prestar um serviço, por exemplo).

Com tais apontamentos abre-se uma possibilidade de investigar, a partir da Análise Crítica do Discurso, o que é dito o que não é dito na cobertura jornalística desses temas, por quem e quais são os elementos presentes nesse discurso. É possível investigar também como a classe política tem se valido de um veículo de grande circulação de informações para apresentar tais programas, já que apesar de diferentes nomenclaturas, eles possuem estrutura semelhante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015

FAIRCLOUGH, Norman.; MAGALHÃES, Izabel. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

REVEL, Judith. **Michel Foucault Conceitos Essenciais**, 2002. São Carlos: Claraluz, 2005.

ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth. Comunicação e territorialidades: um campo a ser desbravado. **Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias**. Vitória, Edufes, 2017,p.21-33.